



O EXPANSIONISMO PORTUGUÊS PARA O OESTE E O EXÉRCITO BRASILEIRO

José Magalhães de Souza

INTRODUÇÃO

A expansão territorial parece ter sido sempre a maior ambição dos reis e mesmo de alguns atuais Estados. Tem sido, até, prova material do êxito de uma política. As Nações parecem obedecer a um impulso inconsciente de expansão, de aquisição de maior espaço, para melhorarem suas condições de vida, de segurança e de poder.

É difícil definir, com precisão, a natureza desse sentimento, mas há nele um fato essencial: a ligação entre um grupo humano e uma porção de espaço. Há, portanto, no âmago desse sentimento de expansão dos grupos humanos, uma profunda ligação entre a comunidade e o espaço que lhe é necessário.

Incontestavelmente, os portugueses demonstraram possuir uma

grande capacidade de expansão, um grande sentido de espaço. Localizado na meseta Atlântica da península Ibérica — ponte entre dois continentes e área de trânsito entre dois mares — Portugal aproximava-se da África e da América. Essa posição privilegiada, aliada a correntes marítimas e eólicas favoráveis à navegação para o sul e oeste, transformou Portugal num "cais de embarque predestinado aos grandes descobrimentos", e o cruzamento racial com os semitas conduziu-o ao seu gênero de vida específico — o comércio marítimo à distância.

É natural, portanto, que a história de Portugal demonstre um constante e progressivo esforço, nos séculos XIII, XIV e XV, para afirmar-se como Nação marítima de função cosmopolita.

A consciência física de espaço e o sentido de sua conquista impreg-

navam o povo português. Este é um fato essencial para compreender-se sua imensa expansão na América, onde encontrou ambiente geográfico e humano particularmente propício à realização desse sentimento de expansão.

No plano geográfico encontraram um espaço estendido numa escala a que não estavam habituados. Este espaço apresentava um extraordinário conjunto hidrográfico possibilitando ampla e prática possibilidade de circulação; no centro do continente uma área de dispersão de vias fluviais, qual uma ilha, facilitava o movimento em qualquer direção.

A esta unidade geográfica estendida equilibradamente por planaltos de altitudes médias e planícies de aluvião, correspondeu uma unidade humana com quem o português entraria em contato desde os primeiros dias do povoamento, os tupis-guaranis. Gente inquieta, dotada de extrema mobilidade, correndo todo o continente em busca dos elementos de subsistência, o indígena brasileiro também adquirira o sentimento de espaço e, nesse ponto, se aproximaria do português, transmitindo-lhe informações técnicas de mobilidade bem adaptadas às condições do novo meio, uma contribuição inestimável à sua expansão na América do Sul.

O EXPANSIONISMO PORTUGUÊS PARA O OESTE

a. Evolução do Sistema Colonial Português

O expansionismo português na América desenvolveu-se inteira-

mente associado à própria evolução do sistema colonial, que pode ser caracterizada em três períodos distintos:

- o período dos "Reconhecimentos Gerais", do descobrimento até a inauguração do Sistema de Capitânicas Hereditárias em 1532;
- o período da "Conquista e ocupação do território", estendendo-se até 1640 e abrangendo os sessenta anos em que Portugal e Espanha estiveram sob a mesma coroa;
- finalmente, o último período colonial, encerrado em 1808 com a vinda de D. João VI para o Brasil, e caracterizado pela "Expansão da Conquista e Colonização"

Reconhecimentos Gerais — 1500 a 1532

Nesse período os portugueses limitaram-se a reconhecer a nova terra e marcá-la com os sinais de seu domínio político, fundando as primeiras feitorias e uma povoação estável, São Vicente. A exploração do pau-brasil levou-os a conceder arrendamentos a particulares e a necessidade de combater os franceses, aliada ao acréscimo de comércio com as Índias e às dificuldades financeiras do Reino, levá-los-ia a pensar seriamente na colonização do Brasil recorrendo aos capitais privados.

Conquista e ocupação — 1532 a 1640

a) Fundação de núcleos e povoamento

Em 1532 inaugurou-se o sistema de Capitânicas Hereditárias, en-

saio da iniciativa privada no Brasil e tentativa de transplantar para a colônia o traço fundamental do feudalismo ibérico: a soberania unida à posse da terra. O plano obteve êxito apenas parcial, criando os dois primeiros núcleos de povoamento do Brasil — Pernambuco e São Vicente.

Em 1549 a criação do Governo Geral na Bahia deu nascimento ao núcleo de São Salvador que, graças à cana-de-açúcar, adquiriu grande vitalidade — como aqueles dois.

Finalmente, decorrente da tentativa de ocupação francesa, nasceu em 1565 o núcleo do Rio de Janeiro.

b) Expansão dos núcleos

Visando o alargamento das bases iniciais do povoamento, à descoberta de riquezas, ao combate e à captura dos indígenas, a expansão dos núcleos foi feita por iniciativa oficial.

Até 1580, quando da união das coroas de Portugal e Espanha, o povoamento ainda foi litorâneo, não tendo atingido os limites fixados em Tordesilhas — embora se assinalem as primeiras entradas no sertão. O núcleo de São Vicente, galgando o planalto, desdobra-se na povoação de São Paulo e três importantes avanços para oeste são realizados, dando origem aos núcleos de Itu, Sorocaba e Taubaté.

Em 1580, com a união das coroas, duas conseqüências apresentaram-se, de imediato:

— ab-rogação do Tratado de Tordesilhas, abrindo novos horizontes ao povoamento e expansão

para oeste (dada a necessidade de ligar as duas áreas de colonização);
— atração dos inimigos da Espanha — ingleses e holandeses que passaram a atacar o litoral, vindo a exigir defesa e vigilância permanentes.

Constata-se que a expansão dos núcleos estava, assim, solicitada em direções opostas: uma conduzia para oeste e outra para a costa. O esforço maior parece ter sido na primeira direção.

Expansão do núcleo Pernambucano

Pelo litoral, expandiu-se para o sul, atingindo a foz do São Francisco e, expulsando os franceses, propagou-se para o Norte e Oeste, atingindo sucessivamente Fortaleza, o Maranhão e Belém, em 1616. De Belém passou-se à ilha de Marajó e depois novamente ao continente, onde foram fundadas Cametá e Macapá. Para o Norte prosseguiu Bento Maciel Parente, atingindo o Oiapoque.

A conquista do Amazonas operou-se entre 1616 e 1648. Em 1637, Pedro Teixeira subiu o rio Amazonas até o rio Napo, no Peru. O povoamento foi bastante estimulado pelo comércio das especiarias e auxiliado pelas Missões Jesuítas plantadas ao longo dos rios.

Expansão paulista

Aproveitou-se das vias navegáveis os paulistas expandiram-se para o Norte, o Sul e Oeste, onde atingiram o planalto matogrossense e as Reduções de Guaíra, que foram destruídas. Antônio Raposo

Tavares e Fernão Dias Paes tiveram oportunidade de fundar inúmeras povoações.

A expansão do núcleo paulista, com profundas penetrações em território pertencente à Espanha, deu oportunidade a choques entre as duas correntes colonizadoras, particularmente em Guaíra (1629) no Rio Grande do Sul (1636-1638) e no sul de Mato Grosso (1632).

Expansão da conquista e Colonização — 1640 a 1808

Após a separação das coroas, para manter sua independência restaurada, Portugal aliou-se à Holanda e Inglaterra, ao preço de custosos compromissos econômicos, além de ter que lutar anos a fio na península. Dessa forma, a colonização do Brasil manteve-se predominantemente privada. A descoberta do ouro em Minas Gerais e Goiás por Bartolomeu Bueno da Silva, e em Cuiabá, em 1717, por Pascoal Cabral Leme, deu pleno desenvolvimento à iniciativa privada, tendo as penetrações se realizado em todos os sentidos. A colonização, porém, tomou feição guerreira, devido à proximidade do espanhol — que disputou a posse da terra ao português e ao indígena belicoso. As povoações e cidades passaram a originar-se de quartéis.

A agressividade e o nomadismo que caracterizaram este período expansionista começam a perder impulso, em fins do século XVIII, e entra-se numa fase de fixação. Assim, no crepúsculo do domínio português, o Brasil se apresentava

em um máximo de espaço geográfico, com uma configuração já muito próxima da definitiva.

b. Considerações de Ordem Econômica

Feita esta visualização geral da expansão territorial para oeste, no contexto da evolução do sistema colonial português, pode-se examinar os vetores componentes desse expansionismo, nos diversos campos do poder.

Começando pelos estímulos econômicos, é importante assinalar que, na mentalidade da época, colonizar era explorar os recursos da terra. E, de acordo com os princípios da política monopolista, o recurso principal a pesquisar, lavar e beneficiar era o metal precioso, particularmente o ouro e a prata. Lógico, portanto, ter sido preocupação primeira dos portugueses descobri-los no Brasil.

Mas, para felicidade dos brasileiros, o ouro não apareceu logo e foi preciso, principalmente, subsistir. Assim, para sobreviver, o português utilizou-se inicialmente das culturas nativas — milho e mandioca — e, posteriormente, da lavoura da cana-de-açúcar. A industrialização desta, por seu turno, constituiu-se em elemento de estímulo à conquista e dilatação do espaço, face às necessidades de mão-de-obra, de transporte e de subsistência.

Surgiram, assim, as expedições de preia ao índio e desenvolveram-se, simultaneamente, a pesquisa do ouro e a criação extensiva do gado, cobrindo áreas cada vez maiores no interior do continente. A

descoberta do ouro e das pedras preciosas, em locais distantes uns dos outros, completaria, com a ocupação, a obra já realizada pela conquista, fixando as bandeiras, adensando o povoamento nas áreas mineiras e provocando intensa migração de mão-de-obra.

Atuando como necessidade, o estímulo econômico dinamizou o sentido de espaço do colonizador, com o fim de satisfazê-lo. E, daí, surgiram o descobrimento, a conquista e, depois, a ocupação do interior mais ocidental.

c. O componente militar

A organização militar portuguesa remonta às origens do Reino, e é responsável pela afirmação da sua independência e expansão territorial, nas campanhas da Reconquista e na África, do século XI a XV. Nessa longa evolução, a força terrestre lusitana foi, realmente, o povo-em-armas, que lutava pela sua sobrevivência em liberdade.

Configurado o território na península Ibérica, afirmada a independência lusa perante Castela, a organização militar devotou-se à tarefa de afirmar a soberania de Portugal no canto norte-ocidental da África. Quando o reino se orientou para a expansão marítima, ao longo do litoral africano e na Ásia, sua organização militar transformou-se, ganhando características marcadamente anfíbias, de expedições para desembarcar no litoral a dominar, para aí guarnecer feitorias-fortes e combater no mar.

Foi nessa época que ocorreu o descobrimento do Brasil e foi

aquele tipo de organização que se fez presente em nosso território, até a ocupação da costa oriental. No entanto, aqui estabelecidos, viram-se os portugueses obrigados a adaptarem-se às características da nova colônia.

Dessa forma, assim como as Companhias de Emboscadas constituíram um novo tipo de força militar, surgido espontaneamente para expulsar o invasor holandês e manter a continuidade do extenso litoral, as Bandeiras caracterizaram-se como adaptações do velho organismo da força militar ibérica ao ambiente e circunstâncias da colonização do interior do Brasil. E, se as Bandeiras apresentam-se como componentes militares dinâmicos da expansão para o oeste, visando à caça ao índio, ao combate aos quilombos e reduções, às inúmeras fortificações implantadas ao longo da periferia do território ocupado, constituíram-se no fator estático de garantia de manutenção dessa expansão.

d. Fatores psico-sociais

A sociedade do planalto meridional nasceu com as atividades agrícolas, desenvolvidas em torno de São Vicente, Santo André São Paulo e Piratininga. A inaptidão das terras para o cultivo de açúcar, a notícia do ouro do Peru, a agressividade do silvícola, as necessidades de mão-de-obra no Nordeste conduziram-no à preação do índio como atividade subsidiária da busca dos filões de ouro. Seu traço predominante foi, inicialmente, a Bandeira.

A Bandeira era uma harmoniosa composição das características sociais das três raças povoadoras, aproveitadas segundo suas melhores possibilidades. Do elemento português lhe veio o instituto do "pátrio poder", no sentido clássico. O chefe bandeirante exercia autoridade absoluta sobre os membros legítimos e bastardos da família, bem como seus escravos e apaniguados. As condições de trabalho na Bandeira, eminentemente militar, e o caráter bélico de suas atividades imprimiram-lhe uma rígida disciplina autoritária, sem a qual, muito provavelmente, não teria sido possível conduzir a expedição para as terras virgens do oeste.

A descoberta do ouro no planalto central, por seu turno, teve como consequência a fixação da Bandeira na área das "catas", atraindo importantes contingentes demográficos para essas regiões, multiplicando as necessidades de transporte e de alimentação. Houve êxodo de braços da região canavieira, entrada maciça de escravos vindos de fora e, importantíssimo, um crescente afluxo de gado às regiões mineiras.

Quando a exaustão das minas provocou a decadência da atividade mineradora, a Bandeira transformou-se em elemento sedentário, entregando-se às atividades agro-pastoris, sendo este, até hoje, o traço principal da sociedade do planalto meridional.

e. A política Portuguesa: — os Tratados de Limites

O componente político do expansionismo português para oeste

está muito bem caracterizado nos inúmeros tratados celebrados pelos lusos. Se, por um lado, os mais remotos caracterizam uma intenção de expandir-se, pré-existente ao próprio descobrimento, outros denotam a firme vontade de manter-se nos territórios ocupados, oficializando novos limites à medida que os anteriores foram ultrapassados a ocidente.

Recapitular os tratados políticos firmados por Portugal é rever, numa síntese, a própria história do expansionismo português principalmente a oeste da linha de Tordesilhas.

A lista desses Tratados é relativamente longa e, dela, no interesse de uma visualização cronológica da expansão para oeste, podem ser destacados os seguinte:

— *Bula Inter Coetera*, de 1493, do Papa Alexandre VI. Apareceu logo após o descobrimento da América. Definia os limites entre a Espanha e Portugal, partindo de linhas vulgarmente chamadas dos Açores e Cabo Verde, 100 léguas para ocidente. À Espanha eram concedidas as terras firmes achadas, por achar, descobertas e por descobrir para oeste dessa marca. Portugal reagiu, forçando a revogação da Bula e o surgimento do Tratado de Tordesilhas.

— *Tratado de Tordesilhas*, assinado em 1494. Por ele o mundo foi dividido em dois hemisférios por um meridiano distante 370 léguas das ilhas do Cabo Verde, cabendo a Espanha tudo o que ficasse ao Ocidente e Portugal o que restasse no Oriente. Alterou a Bula Inter Coetera e vigorou, de direito,

até o Tratado de Madri, de 1750. Não houve reação a ele por parte dos demais estados europeus, salvo a manifestação de Francisco I que, excluído da partilha do globo terrestre, qualificou-o de "Testamento de Adão".

— *Escritura de Saragoza*, assinada em 1529, surgiu do litígio entre os dois países quanto à demarcação da linha de Tordesilhas. O rei de Espanha, após a assinatura, determinou a fixação de um marco na foz do rio Oiapoque, limite das possessões espanholas e portuguesas, iniciando, assim, o recuo do meridiano de Tordesilhas.

— *Tratado de Paz entre Portugal e Espanha*, assinado em 1668, em que a Espanha reconheceu a independência de Portugal, restaurada em 1640. Admitia como legítimas as conquistas realizadas por portugueses e brasileiros a oeste do meridiano de Tordesilhas no período de 1580 a 1640.

— *Tratados de Utrecht*, de 1713 e 1715. Pelo primeiro os franceses reconhecem os direitos portugueses na Amazônia; pelo de 1715 os espanhóis devolvem a Portugal a Colônia de Sacramento.

— *Tratado de Madrid*, firmado entre Portugal e Espanha, em 1750. Surgiu graças ao trabalho do brasileiro Alexandre de Gusmão e ao desejo de ambos os países livrarem suas colônias das pendências que existiam entre si na Europa. Essa tratado revogou expressamente o tratado de Tordesilhas, em vigor desde 1494. Portugal perdeu a Colônia de Sacramento em favor da Espanha e ganhou a região das Missões. O Tratado insti-

tuiu na órbita do Direito Público, a doutrina do Direito Romano relativa ao "Uti Possidetis".

— *Tratado de El Pardo*, assinado em 1761, entre Portugal e Espanha. Por ele foi revogado o tratado de Madri, voltando os limites das suas colônias nas Américas ao estipulado nos Tratados de Tordesilhas, de 1667 e de Utrecht.

— *Tratado de Santo Ildefonso*, em 1777. Como repercussão, na América, da Guerra dos Sete Anos, os espanhóis de Buenos Aires atacaram e ocuparam a Colônia de Sacramento, levando Portugal e Espanha a firmarem este Tratado. Embora considerado como uma derrota diplomática de Portugal, por ceder a Colônia de Sacramento e os Sete Povos das Missões, restabeleceu, em linhas gerais, as disposições do Tratado de Madri.

— *Tratado de Badajós*, de 1801. As Guerras Napoleônicas haviam levado a Espanha a lutar contra Portugal e, embora de duração efêmera, essa luta, como a Guerra dos Sete Anos, refletiu-se na América, fazendo com que caudilhos rio-grandenses ocupassem, em ato de guerra, a região das Missões, incorporando-a definitivamente ao território brasileiro. O Tratado, pondo fim à guerra, não ratificou o de Santo Ildefonso, permitindo que Portugal ficasse de posse dos territórios conquistados.

Pela apreciação desses tratados constata-se que Portugal logrou um um indubitável êxito diplomático ao fazer com que fossem reconhecidos, de direito, os territórios que, de fato, ocupara na América.

O próprio instituto do "Uti-Posidetis", adotado como norma jurídica para a fixação de limites e negociação de casos omissos, corrobora a assertiva inicial, de que o expansionismo fazia parte da própria política de governo de Portugal, em relação a sua colônia na América.

REFLEXOS PARA O ESTADO BRASILEIRO

Mas, quais terão sido as consequências, para o Estado Brasileiro, do expansionismo de nossos colonizados?

Se, por um lado, gerou antagonismos que deram origem às guerras do século XIX e, ainda hoje, referências a um "imperialismo brasileiro" — que bem sabemos não existir, mas que, segundo vizinhos hispânicos, seria continuação histórica do expansionismo luso — por outro lado legou ao Brasil uma base física de grande extensão limitada por acidentes naturais e dotada de características fisiográficas próprias.

A linha artificial de Tordesilhas desrespeitava a realidade geográfica. Examine-se uma carta da América do Sul para verificar que a linha traçada em Tordesilhas reservava aos portugueses uma faixa de território amputada de uma vasta unidade geográfica e econômica, que tinha seus limites naturais no Madeira e no Paraguai. Disso resultaria que, ou os espanhóis, baixando dos Andes pelo Amazonas e subindo pelo Paraná, restabeleceriam essa unidade, expulsando os portugueses da exígua e incompleta faixa territorial que

lhes coubera, ou estes, subindo pelo Amazonas e baixando pelo Paraná, buscariam expandir-se até os limites dessa unidade geográfica, configurando a grande formação insular platino-amazônica, o que, na realidade, veio a acontecer.

Esta grande base territorial, em decorrência, proporcionou ao Estado Brasileiro a possibilidade de atuação e articulação em todo o continente, além do acesso a recursos econômicos de grande expressão e enorme potencial. Tais aspectos, indubitavelmente, constituíram o principal legado do expansionismo português ao Estado Brasileiro, permitindo-lhe alcançar a incontestável posição de liderança continental que hoje desfruta.

MELLO E CÁCERES

Vimos que a posse das terras que constituem grande parte do Brasil de hoje deve-se, em grande parte, aos bandeirantes paulistas, que as penetraram. O seu domínio no oeste, porém, implantou-se com a criação da Capitania de Mato Grosso, em 1748, e a consolidação das atuais fronteiras ocidentais do país teve, como um dos principais responsáveis, seu quarto governador, Luiz de Albuquerque de Mello Pereira e Cáceres.

a. Quem foi

Albuquerque, o "Terrível", criador de um Oriente ainda hoje sociologicamente válido como Oriente português — a despeito de quantos domínios políticos vêm sendo exercidos, com a maior ou menor violência sobre ele, não é o único Albuquerque cujo nome sobressai na história da expansão

portuguesa. Nem Jerônimo de Albuquerque, chamado o "Adão Pernambucano", por descenderem de numerosos brasileiros — inclusive Arcoverdes, Albuquerque Melos e Cavalcantes de Albuquerque, é o seu exclusivo companheiro em importância histórica. Além deles houve o Albuquerque chamado Maranhão, houve Matias de Albuquerque e tem havido outros Albuquerque ilustres, embora menos notáveis que os dois primeiros.

Mas, há um terceiro Albuquerque digno, pelos seus feitos e energia criadora, de fazer companhia ao Afonso do Oriente e ao Jerônimo do litoral brasileiro. O que lhe falta é renome. Renome à altura da ação que desenvolveu, por dezessete anos, no Brasil do século XVIII. Renome que lhe falta apesar de ter sido um dos mais realizadores dentre todos os governadores que Portugal encarregou de desbravar terras, domesticar indígenas, levantar povoações, estabelecer lavouras, construir fortes, explorar rios e guarnecer fronteiras.

Tendo vivido e agido na segunda metade do século XVIII, continua quase ignorado. Mas, se lhe falta renome, não faltam realizações que lhe dêem direito de ser considerado um dos três grandes Albuquerque na história da expansão portuguesa nos trópicos. O que ainda está por fazer é o relato sistemático dessas realizações. O que ainda não se fez, de modo incisivo, é a interpretação dessa personalidade: a personalidade do homem um tanto misterioso por trás de uma série impressionante de iniciativas e de atos, alguns qua-

se sem atas, sem registros... praticados em segredo.

Sem tais realizações não alcançaram, até agora, a ressonância merecida, é que esse terceiro Albuquerque, esse misterioso terceiro Albuquerque, esse romântico Albuquerque III, prático e objetivo, foi, no século XVIII e no Brasil, uma espécie do que viria a ser, no nosso século, o inglês Lawrence, chamado da Arábia. Em outras palavras: Mello e Cáceres foi um homem que precisou realizar parte das suas façanhas em segredo, para não provocar reações dos hispânicos. Tão em segredo agiu o terceiro Albuquerque, que grande parte desse mistério vem acompanhando-o depois de morto — há quase dois séculos, impedindo-o de ser glorificado como merece e de ser consagrado como um dos portugueses mais realizadores dentre os que prepararam o Brasil para o status nacional.

Luiz de Albuquerque de Mello Pereira e Cáceres nasceu em 21 de outubro de 1739, no Distrito de Viseu — Portugal, descendendo de distintas famílias portuguesas, quer nas letras quer nas armas. Depois de haver feito estudos de várias línguas, na Universidade de Coimbra — além de geografia, história, ciências, matemática e desenho, incorporou-se, como Cadete, ao Regimento de Cavalaria da Beira. Era, já então, fidalgo da Casa Real.

Em 1762 combateu contra os espanhóis, em Almeida e no Alentejo, tendo sido promovido a Capitão por distinção e investido no cargo de Ajudante de Ordens do Marechal Mac-Lean, Governador

da Praça de Almeida. Ali o foi encontrar, em 1771, a ordem que nomeou-o Governador e Capitão-General do Mato Grosso e Cuiabá, para onde partiu três meses depois.

A respeito de sua partida para o Brasil, será oportuno fazer-se um reparo sobre determinado fato, o qual, ainda que de pequeno significado, não é dos mais lisongeiros.

Narra Freitas Barros, sacerdote que escreveu pequena biografia apologética de Luiz, ter sido o mesmo "disciplinado por seu pai, com autoritário bastão", por haver manifestado o desejo de recusar deslocar-se para o Brasil. Segundo o biógrafo, foi preciso que o braço rijo do velho morgado lhe descarregasse pancadas com o bastão, até a promessa formal de que se conformaria com o mandado.

Segundo Gilberto Freyre, no entanto, em estudo sociológico sobre a vida de Mello e Cáceres, a tradição conservada pela família é outra: é a de ter sido disciplinado pelo pai, não Luiz, mas seu irmão, João, que o sucedeu no governo da Capitania — contra o qual, aliás papéis indiscretos de arquivos pesquisados por aquele autor, informam ter havido devassa. Teria sido João, desde novo, um irregular na sua conduta, a ponto de, já depois de homem feito, ter obrigado o pai a castigá-lo a golpe de bastão.

Justifica-se, portanto, o presente reparo, pois somente a primeira versão tem sido divulgada e, afinal, é importante que não se deixe uma sombra, por menor que seja, ofuscar o bilho da memória daque-

le que empresta seu nome à nossa Divisão.

b. Seu Papel no Contexto da Expansão Portuguesa

Inteligência, tato diplomático, tino administrativo, energia e uma extraordinária capacidade de trabalho são os grandes atributos de Mello e Cáceres, o mais notável dos Capitães-Generais. Sua atuação como Governador desdobra-se em todos os sentidos, durante os dezessete anos de sua administração, de tal maneira que é impossível resumir o acervo de suas realizações, porque ele foi, a um tempo, pioneiro, desbravador, estadista, administrador, povoador, diplomata e o mais que se possa pensar.

Na definição dos limites e na demarcação das fronteiras, projetou-se de modo invulgar, assegurando os direitos do Reino Português e logrando o seu reconhecimento. Lendo o futuro com olhos previdentes e não se deixando iludir quanto às intenções da política espanhola, bem compreendeu Mello e Cáceres que, se por um lado lhe cumpria manter as posições adquiridas, também constituía um dever o alargamento das raias do território português. Assim pensando, e convencido de que o baixo Paraguai encontrava-se exposto à cobiça dos confinantes do sul, tomou a deliberação de ocupar o Fecho dos Morros, medida anteriormente lembrada pelo missionário Simão de Toledo Rodvalho e que viria quebrar as prentensões espanholas.

Em tal sentido organizou e submeteu à aprovação da Secretaria

dos Negócios Ultramarinos um plano geral de limites. Aguardava, porém, a solução de sua proposta quando, em janeiro de 1795, teve conhecimento da ocupação da foz do Ipané, o que, evidentemente, importava, por parte do governo espanhol, em flagrante violação do tratado anulatório de 1761. Em face desse acontecimento — que encarou pelo verdadeiro prisma, medindo-lhe as conseqüências e os intuitos, passou a exercer a devida represália.

Livre da peia dos ajustes celebrados, aproveitou-se da mesma situação criada pela parte contrária para distender os limites de Mato Grosso — e o fez de modo hábil e firme, deixando inquestionavelmente vencidos os governadores espanhóis nas contendas que a tal respeito surgiram. O domínio português nessas regiões, firmou-o Luiz tanto através de precauções militares, tomadas com um vigor tecnológico surpreendente para a época (que o diga o Forte Príncipe da Beira), como fazendo traçar, com igual rigor, mapas das mesmas regiões que confirmassem ajustes políticos ou apoiassem direitos apresentados no plano das convenções diplomáticas ou jurídicas.

Compreende-se, assim, que parte das atividades de Luiz se tenham desenvolvido um tanto secretamente. A grandeza catedralesca do Forte Príncipe da Beira, quando descoberta em toda a sua amplitude, deve ter sido para os espanhóis um quase escândalo. Eram os portugueses a levantarem em plena mata um monumento militar que lembraria, pelo arrojo,

os religiosos. Um monumento militar que se erguia na selva, criando sobre os espanhóis efeito psicológico semelhante ao que as cate-drais espanholas terão produzido sobre os ameríndios, em áreas outrora dominadas por monumentos astecas e incas: a impressão nítida de presença definitiva.

Além do Forte Príncipe da Beira, cuja construção foi iniciada em 1776, sempre com o propósito de consolidar a posse da Coroa Portuguesa em terras matogrossenses, Mello e Cáceres já mandara ocupar, no ano anterior, o Fecho dos Morros, no baixo Paraguai, onde fundou o Forte de Coimbra. Em 1778 fundou a povoação de Albuquerque (hoje Corumbá) e, no mesmo ano, Vila Maria (hoje Cáceres). Posteriormente, em 1781, fundou ainda São Pedro de El-Rei — atual Pononé.

Essas povoações eram fundadas obedecendo a planos estratégicos. São Pedro de El-Rei era intermediário entre Cuiabá e Vila Maria, assegurando a conquista dos rios Paraguai e Guaporé. Um ataque de surpresa por parte dos vizinhos espanhóis ensejaria a Vila Bela receber recursos de Cuiabá, por terra, através de São Pedro de El-Rei e Vila Maria, e, por via fluvial, os recursos poderiam ser levados à capital da Capitania através de Albuquerque e Vila Maria, navegando-se pelo rio Cuiabá até alcançar o rio Paraguai.

Quando fundou Albuquerque, em 1778, Mello e Cáceres teve em mira que o tratado de limites de 1750 era lesivo aos interesses de

Portugal. Daí o seu propósito de ocupar a margem ocidental do Rio Paraguai valendo-se do convênio anulatório de 1761.

Luiz de Albuquerque mandou também estabelecer, entre Cuiabá e Goiás, em 1780, o Registro de Insua, atual Alto Araguaia, mas o seu golpe político que prostou o adversário foi a fundação de Viseu, à margem esquerda do Guaporé, nas vizinhanças do rio Corumbiara (e que o tratado de deixou à Bolívia). A repercussão deste fato alarmou o gabinete de Madrid, que apressou-se a concluir o Tratado de 1777, cujas cláusulas referentes aos limites pelo Guaporé, deixaram ver o intuito de amparar as incursões de Luiz de Albuquerque, "o mais ambicioso dos governadores" — no irritado dizer do seu colega de Santa Cruz de La Sierra.

Do conjunto de seus esforços resultou a extensa linha que baliza este Estado, a Sul e a Oeste, do rio Apa à ilha da Confluência, no encontro dos rios Mamoré e Beni — e que o Brasil deve, principalmente, à sua dedicação.

Luiz de Albuquerque governou até 20 de novembro de 1789 e teve por substituto seu irmão, João de Albuquerque de Mello Pereira e Cáceres. Após regressar à Corte, ainda fez parte do Conselho Ultramarino, para onde teve oportunidade de transplantar sua longa experiência na Capitania, em proveito de uma melhor administração dos negócios da Coroa em Mato Grosso.

c. A Personalidade de Mello e Cáceres

O devotamento de Luiz de Albuquerque de Mello Pereira e Cáceres iguala às luzes do seu espírito, convergindo essas e tantas outras qualidades para torná-lo a maior individualidade de Mato Grosso. Ele não foi, no governo da Capitania que lhe foi confiada, apenas um administrador, um político ou um militar. Houve nele um complexo de aptidões, de qualidades, de predisposições, que raramente se apresentam num só indivíduo. O homem culto que ele foi, incluiu uma perspectiva científica de problemas sociais — não só dos que chamamos de meio ambiente e de ecologia, como dos de relação de "civilizados com primitivos" — o que lhe dá parentesco, de modo algum remoto, com o próprio Cândido Mariano da Silva Rondon.

Luiz chegou a ser enfático a esse respeito, em suas instruções a Mathias Ribeiro da Costa, quando este passou a exercer o comando do Forte de Coimbra. Recomendou-lhe que os índios fossem tratados com benevolência e amizade, fazendo com que voltassem ao convívio e comunicação com os portugueses, "que a barbaridade dos antigos sertanistas lhes fizera detestar".

No Brasil, Cáceres tropicalizou-se e se abraçou de tal modo que se tornou, por efeito da ecologia física e social em que se viu imerso, quase um ex-português, sem ter deixado de ser, noutros aspectos, um agente de europeização ou de luzitanização do trópico

brasileiro. Um homem como que duplo!

Se projeção política foi possível a Luiz de Albuquerque de Mello Pereira e Cáceres, pelo que nele era predisposição à sabedoria e à arte política (vinda de sua condição de fidalgo), a projeção técnica foi-lhe possível pelo fato de ter sido fidalgo com formação científica — apto, portanto, a lidar cientificamente, no centro mais agreste do Brasil tropical, com problemas de engenharia. Assim é que, além do monumental trabalho de construção de fortalezas e vilas, vemo-lo, em pleno século XVIII, preocupado em estabelecer uma ligação entre dois dos maiores rios do mundo, o Amazonas e o Paraguai, através da tentativa de comunicação em suas cabeceiras, dos rios Alegre e Aguapelis.

Dizem-nos, inclusive, documentos que constam dos arquivos de família, que, por seu espírito científico, Mello e Cáceres chegou a entrar em choque com o próprio super-rei que foi, na realidade e durante anos, o Marquês de Pombal.

Pombal, ainda que um tanto científico em sua orientação de renovador, e até de revolucionário das práticas portuguesas de governo e administração, chegou a repreender Luiz pelo que lhe pareceu excesso da parte do Albuquerque, precisamente nisto: a importância atribuída à ciência. Donde as palavras um tanto ásperas de Pombal ao Capitão-General, em carta de 24 de dezembro de 1774:

— “Quer, pois, S. Majestade, que V.S. se regule prática e precisamente (pelos ditos exemplos e

pelas substâncias e precisas ordens que expediram a V.S.) fugindo de especulações matemáticas e de estudos abstratos que não são de algum uso na administração dos estados físicos, como esse que está confiado à direção de V.S.”

Cientista, militar, político, humanista. . .

Não basta! Mello e Cáceres soube acrescentar à boa administração exemplos, aos governados, de boas maneiras, de carinho pelas belas-arts, de atenção às graças da vida.

Luiz de Albuquerque, segundo retrato a óleo do ainda jovem que veio para o Brasil, foi homem bem apessoado, de altura média e olhar firme (sem que, nessa firmeza, se manifestasse exagero de brio autoritário), de boca também de homem resolutivo — embora não lhe faltasse a suavidade ou lhanza do porte de militar.

Compreende-se que estimasse, em pleno Mato Grosso do século XVIII, representações de comédias, bailes de máscaras, banquetes, festas e a companhia de mulheres possivelmente bonitas: e que, nos seus dias de Governador da Capitania de Mato Grosso, não permitisse que nas reuniões no Palácio do Governo de Vila Bela, dominasse o costume mourisco-português de as senhoras serem quase sempre excluídas das festas.

Em Vila Bela da Santíssima Trindade, Mello e Cáceres presidia as ceias, animava as belas-letras, prestigiava procissões, abria ruas, embelezava a sede do governo. Dava-lhe grandeza, inspirando-se no exemplo da própria Roma Imperial. Mas não deixava, por um mo-

mento, de ser militar atento a problemas de segurança, não só de Vila Bela como de Mato Grosso; não só de Mato Grosso como do Brasil. O soldado esteve sempre presente no político; o político, completado pelo diplomata, no administrador.

Conclusão

Nunca um homem foi, mais do que este, resposta ao desafio de uma terra à espera de quem a compreendesse e a servisse, integrando-a, para sempre, num futuro civilizado, sem deixar de amar e resguardar seus valores telúricos, nos quais se inclui a própria gente nativa.

A verdade é que, de Luiz de Albuquerque de Mello Pereira e Cáceres se pode, sem nenhum exagero, dizer que seu senso político, sua energia de administrador, sua ciência de engenheiro estiveram de tal modo a serviço do Brasil, que o seu longo governo, na Capitania de Mato Grosso, pode ser considerado dos que melhor prepararam a América portuguesa para a independência política.

Emprestar-lhe o nome para denominar a Grande Unidade do Exército Brasileiro que tem por missão resguardar a fronteira oci-

dental, que ele tão bem soube conquistar e preservar, é, antes que uma homenagem à sua memória, uma honra para nós, integrantes dessa Divisão.

BIBLIOGRAFIA

- CORRÊA FILHO, VIRGILIO — História de Mato Grosso. Rio de Janeiro, Instituto Nacional do Livro, Coleção Cultura Brasileira, Série "Estudos", 1969.
- FREYRE, GILBERTO — Contribuição para uma Sociologia da Biografia. Mato Grosso. Fundação Cultural de Mato Grosso, 1978.
- LIMA, FLAMARION B. — Formação das Nacionalidades Latino-Americanas, 1ª e 2ª Partes. Rio de Janeiro. Escola de Comando e Estado-Maior do Exército, 1968 e 1976.
- MARTINS, DEMOSTHENES — A Poeira da Jornada. Memórias. São Paulo. Editora Resenha Tributária. 1980.
- — — História de Mato Grosso. São Paulo. Vaner Bicego Editora, s/d.
- MENDONÇA, ESTEVÃO DE — Datas Mato-Grossenses. Mato Grosso. Casa Civil do Governo do Estado de Mato Grosso, 1973.
- MENDONÇA, RUBENS DE — História de Mato Grosso. Mato Grosso. Fundação Cultural de Mato Grosso, 1982.
- NASCIMENTO, DUTELVIR PEREIRA DO — Evolução Econômica do Brasil. Rio de Janeiro. Escola de Comando e Estado-Maior do Exército, 1978.
- SILVEIRA, FIDÉLIS CHAVES — As Fronteiras. Rio de Janeiro. Escola de Comando e Estado-Maior do Exército, 1977.



O Major Infante JOSÉ MAGALHÃES DE SOUZA é da turma de 18 de dezembro de 1965 e tem os seguintes cursos militares: AMAN, Básico de Pqdt, Mestre de Salto Aeroterrestre, Comunicações, ESAO, Informações, Psicotécnica Militar e ECEME. O presente trabalho foi elaborado na forma de palestra aos Oficiais da Divisão Mello e Cáceres, onde serve atualmente como Maj ADJ 3ª Sec EMG/9.